

PORTAS FECHADAS, MEDO, STATUS E SEGREGAÇÃO: UMA ANÁLISE DA CRÔNICA “SEGURANÇA” DE LUIS FERNANDO VERISSIMO

*Mariana Passos Ramalhete Guerra**

RESUMO:

O humor faz-se presente no dia a dia da humanidade, contudo nem tudo é objeto risível. Rimos daquilo que não é comum, de situações vergonhosas e constrangedoras da qual não nos envolvemos afetivamente... enfim, rimos daquilo é fugidio ao padrões e das frequentes falhas humanas. Assim, o objetivo primeiro deste estudo é meditar a respeito de teorias acerca do gênero narrativo crônica e as interfaces do riso e do risível amparado, sobretudo, nas teorias de Henri Bérgeon. Além disso, refletir-se-á sobre violência, criminalidade e insegurança: características de uma sociedade extremamente desigual, que produziram amplas transformações principalmente no meio urbano, acirrando ainda mais as segregações social, econômica, cultural, espacial do Brasil. Logo, ansiamos nos debruçar na crônica “Segurança” de Luis Fernando Verissimo e analisá-la auxiliada por Teresa Caldeira, Louïc Wacquant e Zygmunt Bauman, e ver nela traços de comportamentos atuais de uma sociedade extremamente díspar e, por isso, segregadora.

PALAVRAS-CHAVE: Crônica; Riso; Segurança; Enclaves fortificados.

A crônica

... quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava.

Antônio Cândido

Sabe-se que a crônica pertence a um gênero narrativo que trata de temas da atualidade e sua casa, inicialmente, é o jornal, conforme afirma Antônio Cândido: “não foi feita originariamente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e

* Universidade Federal do Espírito Santo.

no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha” (CÂNDIDO, 1992, p. 14). Entretanto, se diferencia da notícia por não buscar exatidão na informação: antes analisa os fatos, mostra ao leitor situações comuns vistas por outra ótica.

Os assuntos, mesmo que variados, são banais, refletem o dia a dia, o cotidiano. O autor acrescenta alguns ingredientes aos fatos: o humor, a crítica, a ironia e certa dose de subjetividade. É o que corrobora Massaud Moisés:

A crônica “move-se entre ser no e para o jornal, uma vê que se destina a ser lida na folha diária ou na revista. Difere, porém, da maneira substancialmente jornalística naquilo em que, apesar de fazer do seu cotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objetivo, confesso ou não, reside em transcender o dia-a-dia pela universalização das suas virtualidades latentes, objetivo esse via de regra minimizado pelo jornalista de ofício. O cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou ficcionista do cotidiano” (MOISÉS, 1998, p. 104).

Por ter o compromisso com análise arguta de seu tempo, a crônica trata de vários temas: família, política, música, telenovela, filmes, sexo, futebol... Mesmo “morando” no jornal, que é algo tão efêmero, e contendo uma cadeia de episódios aparentemente corriqueiros, a crônica ganha evidência graças ao olhar perspicaz do autor, uma vez que ao fato, confere dimensão literária, pois transforma algo tão trivial em uma produção singular: “À primeira vista, como parte de um veículo como o jornal, ela parece destinada à pura contingência, mas acaba travando com esta um arriscado duelo, de que, às vezes, por mérito literário intrínseco, sai vitoriosa” (ARRIGUCCI Jr., 1987, p. 53).

Algumas crônicas, após atenta observação e cuidadosa seleção, são editadas em livro, para garantir, dentre outros, sua durabilidade. Logo, retiram-se dos jornais que são microdocumentos do tempo e, muitas vezes, transcendem a ele, oscilam entre a descartabilidade e a permanência, entre a literatura e o jornalismo: “[...] o enriquecimento poético da crônica é uma maneira das mais eficazes de fazê-la transcender, de fugir ao seu destino de notícia para construir o seu destino de obra de arte literária” (PORTELLA, 1958, p. 114).

Por causa desse hibridismo intrínseco à crônica, várias classificações e teorias acerca do gênero têm-se formulado. Alguns acreditam que a crônica é um “gênero menor”, outros se detêm na incerteza da crônica ser um texto jornalístico ou literário. Contudo, algumas indagações surgem: tais atribuições são tecidas sob critérios apropriados? E ainda: é cabível inserir a crônica em denominações já pré-estabelecidas?

É fato que existem crônicas e Crônicas. Conhecida como narração de seu tempo ou registro de fatos banais, corriqueiros, muitos são os autores que se aventuram nessa produção. Assim, ela ocupa um ambiente fronteiro entre a grandeza literária e a descartabilidade de uma produção impressa. Por isso,

a crônica de jornal, mesmo que progressivamente consolidada, jamais conseguiu evitar os preconceitos da teoria opulenta predatória, toda interessada em dividir o trabalho da linguagem em gêneros maiores e espécies menores (PORTELLA, 2000, p. 3).

Esse preconceito também é criticado por Silviano Santiago, quando chacoalha os valores já arraigados na construção de textos canônicos: “O valor de um objeto cultural depende também do sentido que se lhe dá a partir de uma nova leitura, sobretudo se esta desconstrói leituras alicerçadas no solo do preconceito” (SANTIAGO, 1991, p. 152).

Os puristas, tal qual Luiz Costa Lima, em uma de suas citações mais conhecidas, afirma veementemente sua posição, e fortalece ainda mais um elitismo que atribui a uma visão da crônica como algo pouco literário:

A crônica é reconhecidamente um gênero menor. [...] Como o seu tema são os *fait divers*, curta a sua extensão e, antes de mais, forçosamente, leve ao seu tratamento, seu alcance, podemos presumir, não passaria de local ou bastante restrito e seu efeito antes seria o de facilitar a digestão do que demoradas rumações, nem políticas nem tampouco ético-filosóficas. (LIMA, 2002, p. 327)

Essa “redução” do gênero é esclarecida, talvez, em virtude de sua efemeridade quando restrita somente ao espaço do jornal. Ou seja, o fato de ser datada, com uma linguagem bem próxima do coloquial e de curta extensão, torna difícil sua sobrevivência.

No livro “Ensaio sobre a Crônica”, Afrânio Coutinho (2003) confirma que existem pensadores que rotulam a crônica, como uma arte de menos importância: “Tão característica é a intimidade do gênero com seu veículo natural que muitos críticos se recusam a ver na crônica, a despeito da voga de que desfruta, algo durável e permanente, considerando-a uma arte menor” (p. 123).

Felizmente, há outra vertente:

A posição elitista da crítica, desprovida de pudor e disposta a retomar o desgastado binarismo referente à classificação literária, que diferencia a alta da baixa literatura, não estaria ensaiando uma forma de poder de classe que, uma vez enfraquecida, mais se empenha no desejo de reativá-la? Tem sido ainda grande o esforço da crítica em nomear os discursos que não se enquadram nos critérios da alta literatura, escolhendo-se, entre vários termos, ora o de paraliteratura, o de contraliteratura, ora o de literatura parapolicial, correndo-se sempre o risco de uma classificação equivocada. (SOUZA, 2002, p. 81)

Maria Eneida Souza já adverte acerca da divisão daquilo que é ou não literatura e ainda os problemas na eleição dos cânones:

[...] Diante da incapacidade de conviver com o babélico e o indefinido, o discurso da crítica literária reveste-se de um aparato moderno para impor os seus critérios de qualidade, ignorando, muitas vezes, as condições históricas da produção poética, ao defender a obra pelo seu valor literário (porque intrínseco ao objeto), condição que lhe conferiria universalidade e vida longa. (SOUZA, 2002, p. 86)

Em presença de tanto preconceito de que a crônica é alvo, ou de discussões, que são, em minha singela opinião, infrutíferas, acerca de seu enquadramento na Grande Literatura, Silviano Santiago parece ter a solução:

Os espectadores, isto é, os novos leitores, mais ou menos alfabetizados, mais ou menos exigentes, é que passarão a definir os padrões de excelência, assim como no passado era o teste da crítica e da universidade que os definia. Aviso: não se trata de excluir a crí-

tica e a universidade, mas de retirar-lhes o centro de únicas e legítimas avaliadoras. (SANTIAGO, 1991, p. 152)

Assim, faz-se necessário que haja um reconhecimento das peculiaridades da crônica, sem, contudo, apedrejá-la, julgá-la como “gênero menor”. Em imprescindível que haja uma canalização de forças para perceber o que torna a crônica tão interessante e irmanada do jornal. Ora, diversos romances no século XIX, como alguns de Machado de Assis, foram publicados inicialmente em folhetins e nem por isso perderam suas nuances literárias.

Afirmo, pois, que a crônica é sim uma publicação prioritariamente escrita para a publicação jornalística, entretanto, a característica que lhe confere uma feição tão peculiar não deve ser pretextos para pensamentos preconceituosos. É sabido que os critérios que desvalorizam a crônica perante o romance e o texto poético residem também no tempo dedicado ao aprimoramento do texto e a inserção de detalhes aqui e ali. Entretanto, não há, de fato, ótimas crônicas, que resistiram à urgência da ocasião, como “Lixo”, de Luis Fernando Veríssimo e “Despedida”, de Rubem Braga? Sabemos que há textos romanescos e poéticos medianos e medíocres, o que não os categoriza em gênero inferior.

Mais uma vez: na fronteira entre jornalismo e a literatura eis crônica. Subjetivas, poéticas, irônicas, sarcásticas, bem-humoradas, escrachadas, debochadas... seu emaranhado de possibilidades garantem as várias opções de desenvolvimento, leitura, interpretação, recepção e fruição. Aproximar mais ou menos jornalismo está a cargo do escritor. Textos literários possuem valor pelo seu conteúdo, pela qualidade, pelo seu estilo, e não de onde vieram inicialmente. Espera-se que o mesmo seja feito com a crônica. Quando a Análise estiver acima do convencionalismo.

Do riso

O percurso da humanidade é assinalado, na maioria das vezes, por episódios tristes e trágicos. A todo momento, somos bombardeados por reportagens, notícias, vivências que nos ferem, nos causam dor: sofremos. Entretanto em meio a tantas adversidades, uma virtude que nos acompanha (ainda bem!) é o humor, singularidade do comporta-

mento humano que nos auxilia, entretenendo-nos, divertindo-nos, eufemizando ou festejando alguns acontecimentos.

Felizmente, a importância do humor foi dada há muito tempo. Numa breve memória da História observaremos que já se fazia o cômico desde as civilizações mais antigas. No teatro greco-romano as encenações eram feitas a partir do humor ou da tragédia. Lembramos também do bobo da corte medieval, dos bufões, menestréis, repentistas, palhaços, humoristas da contemporaneidade... O riso está sempre presente em conversas de bar, reuniões com amigos e/ou família, ao lermos algo engraçado, ao vermos algo risível...

Adiante, ao analisar mais detidamente o assunto percebi que, aquilo que chamava de “meu” interesse já era interesse “de” brilhantes Pensadores. Aristóteles, um dos mais marcantes acerca das definições sobre o riso, já nos dizia que o riso é uma característica inerente a seres humanos. Todavia, indagamos: que humor é este? Para que ele serve? Ele tem uma função social? Essas são algumas perguntas que serviram para engatilhar a arma de alguns pensadores do riso. A nossa já está carregada, descarreguemo-na.

Não se anseia aqui, em momento algum, formular teorias acerca do riso; antes, amparo-me em alguns autores, uma vez que qualquer tentativa de definição de nossa parte já será, por hora, uma leitura de outros textos. Além disso, uma variedade tão grande de autores constitui até uma dificuldade para esse estudo.

As ideias/citações acerca do riso estão fundamentadas, neste trabalho¹, numa das propostas mais famosas do mundo acerca do assunto: *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*, de Henri Bérghson. Amparar-se-á também em *O riso no pensamento do século XX. O riso e o risível na história do pensamento* da brasileira Verena Alberti. Escolheu-se também esse último, por se tratar de uma notável obra de referência no assunto e porque a autora aglutina o pensamento de vários outros pensadores ao longo da história em um só livro. Entretanto, por assim fazê-lo em apenas uma obra, receia-se comentar todos e esse trabalho aparentar uma junção de ideias mal elaboradas. Logo, foi feita uma busca de algumas teorias, repito: não todas, para fortalecer a nossa proposta.

¹ Brevemente como convém no momento.

Toda obra bergsoniana gira em torno de um tema central: o humor tem uma função, tem um propósito, uma finalidade. A partir desse mote começou-se a farejar possíveis ligações entre essa teoria e a crônica em questão de Luis Fernando Verissimo.

Para não haver lacunas quanto à definição de risível, recorreremos inicialmente a Verena Alberti: “Chamo de risível o objeto do riso em geral, aquilo de que se ri — seja a brincadeira, a piada, o jogo, a sátira, etc. Assim risível aqui, na maioria dos casos, corresponde ao que também recebe o nome de cômico.” (1999, p. 25). E ainda, à procura da incógnita “o que faz rir”, a autora define o objeto do riso como:

aquilo que se suscita a ligação insolúvel, contraditória e polissêmica entre o sério e o não sério, entre o sentido e a ausência de sentido — ligação com a qual o homem não consegue lidar e da qual só consegue escapar através do riso. (ALBERTI, 1999, p. 29)

Henri Bergson começa a formulação de suas teorias situando-nos na diferença entre o homem e o animal, já dita por Aristóteles: o “homem é o único animal que ri”. Logo o riso é a condição que nos superioriza em relação aos animais e nos inferioriza diante de Deus (cristão), uma vez que não há registros Desse último caindo na gargalhada. Podemos então conceber o riso como algo exclusivamente humano, segundo a advertência do autor:

não há comicidade fora do que é propriamente humano. Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia, porém jamais risível. Riremos de um animal, mas porque teremos surpreendido nele uma atitude de homem ou certa expressão humana. Riremos de um chapéu, mas no caso o cômico não será um pedaço de feltro ou palha, senão a forma que alguém lhe deu, o molde da fantasia humana que ele assumiu. (BERGSON, 1983, p. 4)

Já que o cômico é um efeito “humano, demasiadamente humano”, e já foi dito que “nenhum homem é uma ilha”, não há como deleitar-se no cômico sem a companhia de alguém, pois

Não desfrutaríamos o cômico se nos sentíssemos isolados. O riso parece precisar de eco. [...] O nosso riso é sempre o riso de um grupo. Ele talvez nos ocorra numa condução ou mesa de bar, ao ouvir pessoas contando casos que devem ser cômicos para elas, pois riem a valer. Teríamos rido também se estivéssemos naquele grupo. Não estando, não temos vontade alguma de rir. (BERGSON, 1983, p. 4)

Pelo que se observa, o riso é algo inerente aos seres humanos e não pode ser desfrutado solitariamente: se ele não pode ser usufruído egocentricamente, está inserido dentro da sociedade. Contudo, cabe advertir, que ele não está inserido na sociedade para propiciar, unicamente, gargalhadas. É mais que isso, ele tem um objetivo, o riso possui uma função:

Para compreender o riso, impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se, sobretudo, determinar-lhe a função útil, que é uma *função social*. Digamo-lo desde já: essa será a ideia diretriz de todas as nossas reflexões. O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social. (BERGSON, 1983, p. 5, grifo nosso)

Para entender bem o que foi afirmado acima, imaginemos, conforme Bérqson, a seguinte situação: uma pessoa está caminhando tranquilamente pela rua e de repente cai; as pessoas riem. Entretanto, se apiedássemos dela, não riríamos, pois o sentimento e a emoção são os maiores inimigos do riso. O que nos causa riso nesse breve exemplo é aquilo que ele tem de involuntário. Ri-se do constrangimento e do desajeitamento da pessoa que cai. O engraçado para os transeuntes, não é cômico para a pessoa que caiu. Afinal, “o riso é verdadeiramente uma espécie de trote social, sempre um tanto humilhante para quem é objeto dele.” (BERGSON, 1983, p. 61). Por isso, o indivíduo, rapidamente, tenta levantar-se, olha para os lados, se ajeita e segue em frente para não continuar parecendo ridículo. Assim, magistralmente, o autor postula:

uma vez se sinta ridículo, procura modificar-se, pelo menos externamente. Podemos concluir desde já, que nesse sentido, sobretudo, é que o riso “castiga os costumes”. Obriga-nos a cuidar imediata-

mente de parecer o que deveríamos ser, o que um dia acabaremos por ser verdadeiramente. (BERGSON, 1983, p. 9)

E ainda:

O riso é, antes de tudo, um castigo. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa. A sociedade vingá-se através do riso das liberdades que se tomaram com ela. Ele não atingiria o seu objetivo se carregasse a marca da solidariedade e da bondade. (BERGSON, 1983, p. 88)

Percebe-se ainda que no breve exemplo supracitado ocorreu aquilo que Bérqson denomina de “rigidez mecânica”. Uma pessoa está andando e surpreendentemente cai. Como esse acontecimento gera chacota, riso, vergonha, a pessoa tenta se recompor rapidamente. O riso, sendo um “trote social”, gera medo, temor. Ninguém quer ser, involuntariamente, alvo do riso e da humilhação:

O riso deve ser algo desse gênero: uma espécie de gesto social. Pelo temor que o riso inspira, reprime as excentricidades, mantém constantemente despertas e em contato mútuo certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer; suaviza, enfim, tudo o que puder restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social.[...] Essa rigidez é o cômico, e a correção dela é o riso. (BERGSON, 1983, p. 10)

Finalmente, já que o riso serve também para degradar, ele “não pode ser absolutamente justo” (BERGSON, 1983, p. 89). Pela lógica, se ele não é justo, também “não pode ser bom” (BERGSON, 1983, p. 89). O riso tem por função intimidar, amedrontar, humilhar a pessoa que lhe é alvo.

Dentre os mais honestos, justos, enfim dentre os melhores dos homens, há uma pequena dose de maldade ou pelo menos uma quantidade de malícia. Por trás da janela do riso há certo egoísmo e algo pior, talvez, o pessimismo. Sentimento que nasce quando o risonho “fecha a boca” e reflete sobre o seu riso.

A análise da crônica

Olhos desconfiados. Nos últimos anos, o espaço público tem sido cada vez mais abandonado e rechaçado pelas camadas sociais mais abastadas. É considerado perigoso, violento, hostil e, por isso, quem pode, mora em locais enquadrados por grades e muros, privatizados com correntes, com instalação de guardas armadas e guaritas. Na proporção que os espaços dos ricos são paulatinamente fechados, enclausurados e voltados para dentro, o espaço que sobra é esquecido e destinado àqueles que não assinam o cheque para entrar. Dessa forma, análise dessa crônica em específico revela, dentre outros, a

necessidade de localizar com maior precisão a natureza e as funções de determinadas manifestações que, sendo de humor, não parecem necessariamente estar a serviço do riso, embora essa seja uma consequência inevitável. (BRAIT, 2008, p. 13)

Falou-se de teorias de crônica e do riso para se fazerem aqui duas ponderações. Um. A crônica em questão mesmo sendo publicada no jornal, transcendeu o seu tempo, é atual, possui contornos literários, dentre outros, pelo enfoque do assunto, pelo uso da linguagem e por certa dose de ironia.

Dois. As produções de Luis Fernando Verissimo partem, quase sempre, de um fato aparentemente corriqueiro, revelando as fraquezas e defeitos nossos do dia a dia que invariavelmente apresentam uma situação risível. Em concomitância com Bergson, na crônica a seguir, Verissimo lança mão da função social do riso (*castigat ridendo mores* - rindo, os costumes são castigados).

O talento do escritor gaúcho é reconhecido em território brasileiro e no exterior: atualmente é um dos cronistas mais famosos do Brasil. Além de jogo com as palavras, técnicas e jocosidades, Verissimo emprega

perspicácia para surpreender, perceber e compreender os conflitos entre as aspirações do homem e as possibilidades que lhes escacham o viver gregário e as leis da natureza; argúcia para saber decifrar as almas alheias pelos traços fugidios e inconscientes que afloram ao exterior, virando-as ao avesso; inteligência e tato fino para apanhar, de relance, a extensão e profundidade dos problemas hu-

manos e sociais, intuindo, quase adivinhando, as relações existentes entre eles (MENUCCI, 1934, p. 17).

Diante disso, a intenção, aqui, é passear pelo humor de Verissimo especificamente na crônica “Segurança”, espiando os mecanismos que trama para disparar o gatilho dum irônico riso do brasileiro: o humor, ao *sabor* da crônica, sobre a realidade que, na obra, representação, é motivo de riso, mas na vida representada, é motivo da miséria desse povo — que ri.

Ambiciona-se analisar a crônica do escritor, verificando seu olhar crítico ao expor certos sabores e dissabores do Brasil. Escolheu-se um dissabor muito frequente no território brasileiro que é a insegurança. (optamos por transcrever, na íntegra, a crônica veríssima “Segurança”, que se encontra no final deste artigo, em “ANEXOS”).

Para uma crônica tornar-se interessante é preciso que os autores percebam nos fatos cotidianos algo que faça jus a menção. Conforme já foi dito exaustivamente, muitos são os fatos que podem ser o “mote” para a narrativa; no entanto, é muito importante que quem se propõe a escrever, tenha um olhar diferente. Faz-se necessário que o autor detenha uma vista, arguta e perspicaz para um detalhe da vida, que geralmente, as pessoas não percebem ou não querem perceber; é mister que ele encontre “numa pitada de matéria, certa dose de amargor” (BERGSON, 1983, p. 94).

Verissimo escreveu a crônica em questão a partir de um fato famigerado. Tornou-o curioso e engraçado quando acrescentou a ele algo novo, ou seja, por detrás das frestas das janelas dos moradores que conseguiram a segurança, escondia-se o desejo dúbio: ter segurança em suas residências e viver em comunidade, do lado de fora. No entanto, em troca da segurança prometida, a vida em comunidade parece nos privar da liberdade, do direito de sermos nós mesmos, do direito “de ir e vir”. Segurança e liberdade são dois valores igualmente valiosos, que podem, talvez, serem equilibrados, todavia é pouco possível que sejam plenamente conciliados.

Pelo comum assunto da crônica, dispensaram-se aqui ornamentações e rebuscamento na linguagem. Veríssimo priorizou uma retórica simples, bem próxima da fala, por isso repete várias vezes a estrutura: “Mas os assaltos continuaram.” Essa reprodução po-

de ser explicada pela necessidade de ênfase; a repetição da potente conjunção adversativa “mas” atribui caráter opositório diante de tantos investimentos em segurança; todavia essa estrutura também pode ser explanada por Bérqson, muito antes da referida crônica ser produzida:

Numa repetição cômica de expressões, há em geral dois termos em confronto: um sentimento comprimido que se distende como uma mola, e uma ideia que se diverte em comprimir de novo o sentimento. (BERGSON: 1983, p. 33)

Além disso, o autor emprega, sabiamente, outras artimanhas na linguagem. Verificamos já no título uma ironia. A segurança tão almejada pelos condôminos não foi plenamente lograda: com o enclausuramento total desses e, com frequentes tentativas de fuga, tem-se a impressão, ao final da crônica, que a insegurança continuará dentro ou fora do conjunto residencial.

As antíteses astutamente deixadas pelo caminho, já nos primeiros parágrafos e aparentemente despropositais, numa espécie de prenúncio, apontam para a incongruência maior ao final do texto: “belas casas, os jardins, os playgrounds, as piscinas” se opondo a “muro alto, muitos guardas que controlavam tudo por um circuito fechado de TV, torres com guardas, inspeções, crachás”...

A crônica é a metáfora da insegurança, da violência. Assim, percebe-se que o rápido avanço da segurança possui motivos atrelados, principalmente, ao fracasso governamental — justiça e polícia — em combater a violência e a acentuação das desigualdades econômicas e sociais. Assim, os amedrontadores crimes e violência, bem como desrespeito e abusos aos direitos da nação brasileira produziram grandes transformações principalmente no meio urbano, tendo como consequência ainda mais a segregação: social, econômica, cultural, espacial..

Paralelamente à ineficiência do Estado e ao crescimento da violência, surgem vários comportamentos da população: privatização da segurança, justiceiros, apoio de facções ilegais e violentas da polícia, reclusão de alguns segmentos da sociedade, investimentos em aparelhos de segurança que transmitem a sensação de proteção, construção de

muros altos, cachorros antissociais... O produto de tudo isso é, dentre outros, a divisão do espaço público, o acirramento das disparidades bem como discriminação de grupos sociais, sobretudo negros.

Verissimo mostra através do riso e sem rigidez, que o misto da segurança privada e a utopia da possibilidade de sobrevivência isolada e autossuficiente, os condomínios residenciais fechados, ocasionam na frustração de qualquer tentativa de sobrevivência sem neuroses na vida em comunidade. Como o medo se faz presente numa existência comunal, as pessoas, com mais posses, é claro, trancafiam-se: elas buscam “por um ‘lar supostamente natural’ ou círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora” (BAUMAN, 2003, p. 20).

Ironicamente, a Literatura mostra que essa busca por um lugar mais tranquilo para se viver nas cidades acarretará em uma neura, pois para manter esse padrão de vida o indivíduo:

Exigirá segurança vinte e quatro horas por dia e a afiação diária de espadas, para a luta, dia sim, dia não, para manter os estranhos fora dos muros. [...] O aconchego do lar deve ser buscado, cotidianamente, na linha de frente. (BAUMAN, 2003, p. 22)

Assim, no espaço urbano, e especialmente para uma classe mais separada, a elite, um ato trivial como uma visita a um amigo implica em lidar com toda uma parafernália de segurança, tais como identificação, cachorros, câmeras, crachás: “Agora não só os visitantes eram obrigados a usar crachá. Os proprietários e seus familiares também. Não passava ninguém pelo portão sem se identificar para a guarda. Nem as babás. Nem os bebês.” (VERISSIMO, 2001, p. 97).

Só de se aproximar aos portões desses condomínios já nos constituem um suspeito em potencial; a estudiosa do tema Teresa Caldeira (2000, p. 257) afirma que: “O homem aproximando-se do portão é um bom candidato a suspeito, já que anda a pé em vez de guiar um automóvel, ou seja, usa o espaço público da cidade de uma maneira que os moradores do condomínio rejeitam.” Afinal, os condomínios fechados, que são os tipos mais desejáveis e procurados de moradia para as classes mais abastadas, não são lugares

destinados a longas caminhadas, pois eles já são construídos propositadamente longínquos para propiciar a aproximação e deslocamentos principalmente de automóvel.

Os condomínios fechados contam com segurança, equipamentos e serviços de uso coletivo “não são um fenômeno isolado, mas a versão residencial de uma nova forma de segregação nas cidades contemporâneas.” (CALDEIRA, 2000, p. 258). Na crônica veríssima, o investimento com segurança se assemelha a uma prisão, cujos indivíduos se sentem presos e, ao mesmo tempo, presas fáceis do medo. Essa nova ordem de separação é regida pela “estética da segurança definida pelo novo modelo, que simultaneamente guia transformações em todos os tipos de moradia e determina o que confere mais prestígio.” (CALDEIRA, 2000, p. 258). Para uma definição mais precisa desses lugares, a autora postula:

Os condomínios fechados são a *versão* residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de *enclaves fortificados*. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. (p. 258, grifo nosso.)

Zygmunt Bauman também parece ter sua definição:

As “comunidades cercadas” pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade são “comunidades” só no nome. O que seus moradores estão dispostos a comprar preço de um braço ou uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre dos intrusos. (2003, p. 52)

A origem dos “enclaves fortificados” está irmanada, segundo a autora, aos movimentos sociais que começaram nas regiões periféricas, e também à ineficiência estatal em controlar o crime, “os residentes da cidade começaram a erguer muros e a se mudar para enclaves fortificados. Quando o sistema político se abriu, as ruas foram fechadas e o medo do crime se tornou a fala da cidade.” (CALDEIRA, 2000, p. 315).

Essas moradias abarcam áreas de lazer, academias de ginástica, centros empresariais, alguns contam também com bibliotecas, *lan houses*, *shopping centers*... Tudo isso para que a pessoa saia o mínimo possível de dentro de casa. Enfim, os “enclaves fortificados” possuem uma tendência de homogeneidade, pois as pessoas que neles habitam são “pessoas seletas”, afinal comungam do mesmo grupo social, com anseios em comum: segurança e status. Bauman nos adverte que a “certeza e a segurança das condições existenciais dificilmente podem ser compradas com os recursos da conta bancária — mas a segurança do lugar pode, se *a conta for suficientemente grande*; [...]” (BAUMAN, 2003, p. 103, grifo nosso).

Na crônica, as pessoas buscam manterem-se afastadas de interações sociais indesejadas e amedrontadoras e do perigo que ronda as ruas. Por conseguinte, o espaço público torna-se cada vez mais estigmatizado à medida que são marcados por desconfiança, restrição e ampla suspeita.

Cercas, barras, vigilância e muros são essenciais na cidade hoje não só por razões de segurança e segregação, mas também estética e status. É chique! São visivelmente limitados por barreiras físicas, mecanismos de distanciamento e sua presença no ambiente citadino ratifica a diferenciação social. Eles estabelecem também fronteiras entre grupos sociais, designam novas hierarquias e explicitam a desigualdade: “O uso de meios literais de separação e completado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status” (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Somente com a garantia da “segurança total” que a “tranquilidade” pode reinar no novo lar, isso significa investimentos em: “cercas e *muros*, guardas privados 24 horas *por* dia e uma série infindável de instalações e tecnologias — *guaritas* com banheiro e telefone, portas duplas na *garagem*, monitoramento por circuito fechado de vídeo etc.” (CALDEIRA, 2000, p. 267). Todo esse aparato é o requisito mínimo para manter estranhos do outro lado do muro.

Os moradores desses condomínios conseguem então tirar de seus medos e limitações algum proveito: o simples prazer de reafirmar sua posição social, pois ainda que suas casas possuam semelhanças com prisões, essas “prisões dizem muito sobre sua

posição social” (CALDEIRA, 2000, p. 297). Todo esse aparato de segurança, ainda que tenha mais de uma função, estilo, status, ornamentação não pode desvincular nossa atenção ao um problema endêmico no Brasil: crime, medo, suspeita e segregação. Os moradores das grandes cidades não se arriscariam, de modo algum, a viver sem algumas barreiras físicas em suas casas. Nesses locais permanecem-se as fronteiras fixas e espaços bem delimitados de acesso reservado e monitorado. Há mudança também na rotina das pessoas nas ruas: trajetos, hábitos, olhares, gestos, passeios, tudo fica cuidadosamente planejado:

Como poderia a experiência de andar nas ruas não ser transformada se o cenário é formado por altas grades, guardas armados, ruas fechadas e câmaras de vídeo no lugar de jardins, vizinhos conversando, e a possibilidade de espiar cenas familiares através das anelas? A ideia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite, andam menos pelas ruas, e evitam as “zonas proibidas” que se fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública. (CALDEIRA, 2000, p. 301)

Diante dessa breve alusão da crônica aos estudos de Teresa Caldeiras, verifica-se que Verissimo, na crônica “Segurança”, abarca sérios temas da sociedade contemporânea como violência — medo, segregação, posição social — com bastante bom-humor. Todavia, ao que me parece, a obra vai além. Após leitura atenta de alguns capítulos de *As duas faces do gueto*, de Louïc Wacquant e *Comunidade: a busca por segurança ano mundo atual*, de Zygmunt Bauman, verifica-se que na crônica “Segurança” há uma verossimilhança com algumas teorias da guetoização postulada por esses brilhantes pensadores.

O condomínio fechado exposto no texto é um exemplo de formação de um gueto. Sim, um gueto (!). Com formas e comportamentos distintos daquilo que estamos acostumados a ver, mas que se delinea também pelo “confinamento espacial.”

Pensa-se, erroneamente, que todos os guetos são pobres. Loïc Wacquant adverte que

A pobreza é uma característica frequente e derivada dos guetos: o fato de maioria dos guetos terem sido historicamente lugares de miséria endêmica e não raro extrema, em razão da carência de espaço, da densidade demográfica, da exploração econômica e dos maus-tratos generalizados contra seus residentes, não implica que um gueto seja necessariamente um lugar de penúria ou um lugar uniformemente deserdado (2008, p. 83).

Assim, pode-se inferir que “nem todos os guetos são pobres e nem todas as áreas pobres são guetos” (2008, p. 84). É o caso dos condomínios fechados. Esses condomínios, conforme já foi explanado, são construídos em áreas separadas para pessoas seletas. Logo, se afirmamos aqui que os “enclaves fortificados” são um tipo de gueto, e que eles são reservados, cabe citarmos novamente Wacquant ao afirmar que: “Se todos os guetos são segregados, nem todas as áreas segregadas são guetos” (2008, p. 85). Bauman ainda corrobora e chama os condomínios fechados de “guetos voluntários”, pois diferente dos cortiços e favelas, as pessoas habitam nesses lugares por escolha. Cabe salientar, entretanto, que “Os guetos voluntários não são guetos verdadeiros, é claro, e tem seus voluntários” [...] (BAUMAN, 2003, p. 106). Seu principal propósito é “impedir a entrada de intrusos” [...] (BAUMAN, 2003, p. 106).

Reafirmando, a guetoização pertinente aos condomínios fechados é um processo diferente do que ocorre nas favelas, nos bolsões de pobreza. A maioria das pessoas mora nesse último por não terem outra opção de moradia, não há “plano B”. Nos “enclaves fortificados” as moradias são sonhadas, planejadas, cautelosamente escolhidas. Logo: “A segregação é nesse caso inteiramente voluntária e eletiva e, por isso mesmo, não é nem inclusiva, nem perpétua.” (WACQUANT, 2008, p. 85). Essas luxuosas moradias reúnem

segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços” que permitem às famílias burguesas escaparem do que elas consideram “o caos, a sujeira e os perigos da cidade. (WACQUANT apud CALDEIRA, 2008, p. 85)

Assim, a busca pela conquista de direitos individuais resulta numa frenética construção que ambiciona ser comunitária. Estabelecem-se fronteiras, treinam-se guardas, impede-se a entrada de intrusos e a saída dos que estão dentro. Mesmo evitando, voluntariamente, o convívio em comunidade externa, os condôminos da crônica veríssima ficam melancólicos e tristes por não poderem ir para as ruas. O final da crônica é extremamente perspicaz, pois o autor nos mostra com certa ironia e bom-humor as incongruências da vida atual. Distanciar-se da violência traz uma sensação boa, uma impressão de estarmos seguros por mais perigosos que sejam os rumores do lado de fora. Mas... infelizmente, essa sensação boa tem um outro lado...

Livrar-nos do que, momentaneamente, mais nos aflige traz alívio — mas um alívio em geral transitório, uma vez que a “nova e melhorada” condição rapidamente revela, seus aspectos desagradáveis, previamente invisíveis e imprevisíveis, e traz com ela novas razões de preocupação. (BAUMAN, 2003, p. 23)

Homens e mulheres moradores desses condomínios podem achar que a vida fora dessas fortalezas é “precária, amiúde insatisfatória e algumas vezes assustadora” (BAUMAN, 2003, p. 57), entretanto a incongruência está aí posta na seguinte sequência de comportamentos. Sente-se medo, trancafiava-se. Quando se enclausura, anseia-se uma vida com liberdade. Logo, como é impossível se ter medidas satisfatórias de um lado e de outro os interesses de comunidade de liberdade conflituam-se: “Liberdade e comunidade podem chocar-se e entrar em conflito, mas uma composição a que faltem uma ou outra não leva a uma vida satisfatória” (BAUMAN, 2003, p. 57). Afinal, “segurança sem liberdade equivale a escravidão [...]” (BAUMAN, 2003, p. 24).

É interessante observar que a sensação de segurança carrega consigo também outra sensação, para quem vive nesses condomínios: de estarem sufocados. Mais uma vez as vozes de Bauman e Veríssimo se entrecruzam, pois os condôminos não previam que ao proteger-se dos assaltos, eles estavam maximizando ainda mais uma vida sufocante, assim o sociólogo afirma:

Seu efeito sufocante é uma “conseqüência não prevista” — não é intencional. Os moradores descobrem, decepcionados, que, quanto mais seguros se sentem dentro dos muros, tanto menos familiar e mais ameaçadora parece a selva lá fora, e mais e mais coragem se faz necessária para aventurar-se além dos guardas armados e além do alcance da rede eletrônica de segurança. Os guetos voluntários compartilham com os verdadeiros uma espantosa capacidade de permitir que seu isolamento se perpetue e exacerbe. (BAUMAN, 2003, p. 106).

Por fim, a insegurança que tanto amedronta está pautada também na ansiedade para proteger-se, nos gastos com as armaduras. O enclausuramento ocorre em reposta ao temor do crime. Tais comportamentos tornam-se gradativamente a aflição e não proteção, dado que o comunizarismo em condomínios fechados deveria ser o remédio para os medos. Parece-me que esse remédio falhou: os “enclaves fortificados”, na crônica “Segurança”, em vez de curar o mal exarcebou ainda mais as feridas, acentuou ainda mais a condição que supostamente corrigiria.

Conclusão

As crônicas de Luis Fernando Veríssimo, apesar de serem criações literárias, não se distanciam da realidade. Em concomitância com Bergson, fazem do riso palco para reflexões e questionamento de costumes. Ao descobrimos o que está por trás da comicidade, revelamos uma realidade escamoteada pelo riso, por causa da aparente, porém inverossímil, despreziosidade com a linguagem. Assim, o autor vai além do puramente trivial, mostra o dilema do homem amedrontado com a segurança e salienta aquilo que grande parte da população brasileira já sabe: segurança é um dos itens mais fundamentais para se ter uma vida feliz, porém menos assegurado pelo aparato governamental; tornando-se uma ideia cada vez mais utópica, efêmera, fugaz e longínqua.

O texto também evidencia a dificuldade que temos de enfrentar ameaças, ainda que tenhamos condições para isso. Os focos de insegurança estão em toda parte e não podemos situá-los com precisão em mapas de sobrevivência. Todavia, as ameaças, as notícias violentas de jornais, os estranhos que rondam a nossa volta são bem visíveis e pal-

páveis, por isso a necessidade de alguns (os da conta bancária suficientemente abastadas) em trancafiarem-se para desintoxicar-se dos suspeitos das ruas.

À medida que nos protegemos de estranhos ganhamos de certa maneira, estranha talvez, um conforto, pois podemos apontar o dedo para aquilo que nos aflige. Podemos, nomeá-lo, xingá-lo, e atribuir-lhe contornos concretos e visíveis: “sabemos onde estão os perigos e não precisamos mais aceitar os golpes do destino placidamente. No fim, há algo que podemos fazer” (BAUMAN, 2003, p. 132). Em contrapartida e ironicamente, o único modo de se alcançar a tão cobiçada segurança é o cidadão não ausentar-se de sua residência, trancafiarem-se, ou seja, assumindo o lugar de prisioneiro dos criminosos que “passam pela calçada”.

Deste modo, a casa do indivíduo que somente ambiciona segurança, torna-se um local de clausura. E mais: inconformados com a “prisão”, os condôminos iniciam tentativas de fuga, forçando a guarda contratada a atuar com “energia”, ou seja, impedir que “escapem” de suas próprias casas!

Na verdade, a vida torna-se um horrendo ciclo, no qual mitigamos a segurança ao invés de aumentá-la. Assim, seguimos nossos percursos arraigados nos gerúndios; estamos sempre “sonhando, tentando e fracassando”.

PORTES FERMÉES, PEUR, STATUS ET SÉGRÉGATION: UNE ANALYSE DE LA CHRONIQUE *SÉCURITÉ* DE LUIS FERNANDO VERISSIMO

RÉSUMÉ:

L'humour est présent dans la vie quotidienne de l'humanité, mais tout n'est pas une risible objet. Nous rions de ce qui n'est pas commune, honteuse et gênante des situations qui ne s'engagent pas émotionnellement ... enfin rire sont les modèles éphémères et communes d'erreurs humaines. Ainsi, l'objectif principal de cette étude est de méditer sur les théories de chroniques genre narratif, et les interfaces de rire et le risible pris en charge, en particulier dans les théories d'Henri Bergson. En outre, elle reflétera sur la violence, la criminalité et l'insécurité: les caractéristiques d'une société extrêmement inégale, qui a produit de grands changements, principalement dans les zones urbaines, aggravant encore la ségrégation sociale, économique, culturel, l'espace du Brésil. Par conséquent, nous nous réjouissons de répondre à la chronique de la sécurité Luis Fernando Verissimo et les analyser aidé par Teresa Caldeira, Louïc Wacquant et Zygmunt Bauman, et de voir les traces de son comportement actuel d'une société extrêmement disparates et donc séparés.

MOTS-CLÉS: Chroniques; Le rire ; La sécurité; Enclaves fortifiées.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *O riso no pensamento do século XX*. O riso e o risível na história do pensamento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 11-38.

ARRIGUCCI JR., David. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-58.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2. Ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 34. ed., São Paulo: Ediusp, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: SETOR de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: _____. *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. vol. 6.

LIMA, Luis Costa. Machado: Mestre de Capoeira. In: _____. *Intervenções*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 327-337.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. Prosa. 16. ed., São Paulo: Cultrix, 1998. vol. II.

MENUCCI, Sud. *Humor*. São Paulo: Piratininga, 1934.

SANTIAGO, Silviano. Alfabetização, leitura e cultura de massa. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 146-152.

PORTELLA, Eduardo. *Dimensões I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1958.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SOUZA, Maria Eneida. *Crítica Cult.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 36-104.

VERISSIMO, Luis Fernando. *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WACQUANT, Loïc J. D.. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Bom tempo, 2008. Tradução de Paulo Cezar Castanheira p. 9-17; 77-91.

*Recebido em 11/07/2012.
Aprovado em 19/12/2012.*

ANEXOS

“Segurança”

Luis Fernando Verissimo

O ponto de venda mais forte do condomínio era a sua segurança. Havia as belas casas, os jardins, os playgrounds, as piscinas, mas havia, acima de tudo, segurança. Toda a área era cercada por um muro alto. Havia um portão principal com muitos guardas que controlavam tudo por um circuito fechado de TV.

Só entravam no condomínio os proprietários e visitantes devidamente identificados e crachados. Mas os assaltos começaram assim mesmo. Ladrões pulavam os muros e assaltavam as casas. Os condôminos decidiram colocar torres com guardas ao longo do muro alto. Nos quatro lados. As inspeções tornaram-se mais rigorosas no portão de entrada. Agora não só os visitantes eram obrigados a usar crachá. Os proprietários e seus familiares também. Não passava ninguém pelo portão sem se identificar para a guarda. Nem as babás. Nem os bebês. Mas os assaltos continuaram.

Decidiram eletrificar os muros. Houve protestos, mas no fim todos concordaram. O mais importante era a segurança. Quem tocasse no fio de alta tensão em cima do muro morreria eletrocutado. Se não morresse, atrairia para o local um batalhão de guardas com ordens de atirar para matar. Mas os assaltos continuaram.

Grades nas janelas de todas as casas. Era o jeito. Mesmo se os ladrões ultrapassassem os altos muros, e o fio de alta tensão, e as patrulhas, e os cachorros, e a segunda cerca, de arame farpado, erguida dentro do perímetro, não conseguiriam entrar nas casas. Todas as janelas foram engradadas. Mas os assaltos continuaram. Foi feito um apelo para que as pessoas saíssem de casa o mínimo possível. Dois assaltantes tinham entrado no condomínio no banco de trás do carro de um proprietário, com um revólver apontado para a sua nuca. Assaltaram a casa, depois saíram no carro roubado, com crachás roubados. Além do controle das entradas, passou a ser feito um ri-

goroso controle das saídas. Para sair, só com um exame demorado do crachá e com autorização expressa da guarda, que não queria conversa nem aceitava suborno. Mas os assaltos continuaram.

Foi reforçada a guarda. Construíram uma terceira cerca. As famílias de mais poses, com mais coisas para serem roubadas, mudaram-se para uma chamada área de segurança máxima. E foi tomada uma medida extrema. Ninguém pode entrar no condomínio. Ninguém. Visitas, só num local predeterminado pela guarda, sob sua severa vigilância e por curtos períodos. E ninguém pode sair. Agora, a segurança é completa. Não tem havido mais assaltos. Ninguém precisa temer pelo seu patrimônio.

Os ladrões que passam pela calçada só conseguem espiar através do grande portão de ferro e talvez avistar um ou outro condômino agarrado às grades da sua casa, olhando melancolicamente para a rua. Mas surgiu outro problema. As tentativas de fuga. E há motins constantes de condôminos que tentam de qualquer maneira atingir a liberdade. A guarda tem sido obrigada a agir com energia. (VERISSIMO, 2001, p. 97-99).